



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI
Folha nº 220
Processo nº 363/93
Rubrica

PROCESSO Nº 363/93

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação - SE.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

MOTANTE EM EXAME: R\$ 4.917,04

EMENTA: Revisão de proventos da aposentadoria de VALDERIS NUNES, matrícula nº 90.077-X, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão 24F, para excluir as vantagens do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, e incluir as vantagens do art. 3º, da Lei 8.911/94, C/C artigo 7º da Lei nº 1004/96 e o artigo 4º da Lei nº 1141/96, de acordo com o ato publicado no DODF de 19.11.97, retificado por atos publicados no DODF de 15.05.2001, 27/09/2002, e 06/01/2003.
Cumprimento de diligência. **Nova diligência.**

Senhora Diretora:

Trata o presente processo da revisão de proventos da aposentadoria de VALDERIS NUNES, nos termos mencionados na ementa.

2. De início, impende considerar que o ato de revisão ora em análise foi publicado há mais de 5 anos, todavia o fato não constitui óbice à apreciação do feito, haja vista o entendimento esposado no Processo nº 497/2002, Decisão TCDF nº 1675/2003, onde esta Corte, em razão dos argumentos expendidos pelo relator, especialmente pelo constante nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e nos artigos 77 e 78 da LODF, considerou inaplicável o artigo 54 da Lei Federal nº 9784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei de nº 2834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo deste Tribunal.

3. Mister, também, se faz abordar a situação jurídica da FEDF ante a edição do Decreto nº 21.396, de 31 de julho de 2000, que dispôs sobre a extinção da Fundação Educacional do Distrito Federal na forma da Lei nº 2.294, de 21 de janeiro de 1999, pelo qual os servidores aposentados e pensionistas da FEDF passam a integrar o quadro de inativos e pensionistas do Distrito Federal.

4. Destaque-se que, por meio da Portaria nº 525, de 26 de setembro de 2001, a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a fim de racionalizar os procedimentos administrativos, promoveu a descentralização das atividades relativas às aposentadorias e pensões daqueles servidores e beneficiários para a Secretaria de Educação.

5. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fls. 127, retificações: fls. 163/165, 205/207 e 216;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 05;
- Abono provisório: fl. 185.



6. O ato de aposentadoria foi considerado legal na S.O. nº 3206, de 24.10.96 (fl. 46).

7. Os autos foram enviados em diligência de acordo com o Despacho Singular nº 025/02-GAB/AS (fls. 192/194), nos seguintes termos:

"a) retificar o ato de fls. 163/165 a fim de consignar seus efeitos a contar de **21/3/97**, data do requerimento do pedido de revisão;

b) proceder a incorporação dos quintos, transformados em décimos, pelos valores das funções efetivamente exercidas pelo servidor (fls. 109 a 122) e para a qual foi nomeado ou designado, em consonância com o novo entendimento deste Tribunal exarado na Decisão nº 22/00, SEA nº 320, de 24/8/00, Processo nº 2841/86, mantida pelas Decisões nºs 5836/01 e 766/02, exaradas nas S.O nºs 3608, de 11/9/01 e 3642, de 7/3/02, respectivamente;

c) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 185, observando a Decisão Normativa nº 2/93-TCDF, a fim de adequar o valor do adicional de décimos ao apurado consoante a letra "b";

d) justificar a validade do ato de fl. 132, devendo ser explicitado a partir de qual data o servidor fez jus ao padrão 24-F, adotando-se as providências cabíveis;

e) tornar sem efeito o documento substituído."

8. Compulsando as peças de fls. 195v/217, observa-se que a jurisdicionada deu cumprimento ao determinado, cabendo contudo tecer alguns comentários. No que toca ao enquadramento do servidor no cargo em que se deu a inativação, relacionados às alíneas "a" e "d" da diligência, ficou demonstrado que fez jus ao Padrão 23F ao aposentar-se e, no momento da revisão, ao Padrão 24F (fls. 138, 203 e 211/212). Com a edição do ato de fls. 205/207, a revisão formalizou-se de forma adequada. Não obstante, foi editado novo ato, de fl. 216. Este é pertinente apenas na parte em que torna sem efeito a instrução de 27/01/1993 (fl. 132), a qual havia retificado indevidamente a aposentadoria para considerá-la sob o Padrão 24F, quando o servidor ainda não fazia jus a esse padrão, o que ocorre posteriormente, a partir de 14/02/96.

9. Desse modo, o ato de fl. 216 deverá ser retificado para excluir a parte em que torna sem efeito a Portaria Coletiva de 20/09/2002, reprimando-a, e tornar sem efeito a retificação na Portaria Coletiva de 14/05/2001 do ato retificador da concessão de aposentadoria, visto que os seus termos estão condizentes com o direito do aposentado ao tempo em que se deu a revisão.

10. Constata-se às fls. 203, 211 e 212 que o servidor adquiriu o direito ao Padrão 25F a partir de 20/11/2000, com base em resgate de padrão - Resolução 6571/99-CD, com atualização no SIGRH (fl. 218), e que fora rebaixado para 24F (contracheque de fl. 219), em face da Decisão nº 8753/2000 TCDF. Ressalte-se que a referida decisão ateve-se à época da revisão, 21/03/1997, ato de fl. 127, quando o servidor fazia jus de fato ao Padrão 24F, não mencionando qualquer óbice à alteração para o Padrão 25F, até mesmo porque esse fato não constava dos autos.



11. Como visto, em face da interpretação equivocada da Decisão TCDF nº 8753/2000, o aposentado foi indevidamente prejudicado, vez que atualmente recebe seus proventos com base no Padrão 24F, quando tem direito ao Padrão 25F, que aliás já fora reconhecido pela Administração, vindo inclusive a receber seus proventos nesse padrão.

12. No tocante às alíneas "b" e "c" da diligência, respeitante à incorporação de Quintos com base em funções/cargos comissionados exercidos na esfera federal, cumpre ressaltar que a matéria foi alvo de nova apreciação pelo Tribunal no Processo nº 1437/81, quando foi acordado que deverá ser realizada a correta correlação da função exercida na área federal com o cargo/função correspondente do GDF, conforme disposto na Decisão nº 2000/2003, prolatada no referido Processo, como segue:

"II - negar provimento ao recurso (Pedido de Reexame) de fl. 370, na parte em que requer que a incorporação de "quintos"/décimos, opções e representações mensais" ocorra com base no valor da retribuição do cargo exercido na União Federal, uma vez que a correlação de cargos determinada pela Decisão nº 13.170/95 é uma exigência da autonomia político-administrativa que foi conferida ao Distrito Federal pela Constituição Federal;

III - determinar à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do DF que, em obediência ao princípio da irredutibilidade de vencimentos consagrados no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal, refaça a correlação levada à efeito no documento de fls. 364/365, atendendo os seguintes ditames: a) o critério principal para a correlação de cargos é a remuneração; b) subsidiariamente poderão ser aplicados os seguintes critérios: compatibilidade de atribuições e similitude de níveis de responsabilidade; c) caso inexista cargo/função de idêntico valor no Distrito Federal deve-se proceder a correlação com base no cargo/função de remuneração imediatamente superior a que tem direito a recorrente; d) a correlação deverá levar em conta a incidência da GADF no cargo exercido pela servidora no âmbito da União;"

13. Dessa feita, o procedimento de correlação de cargos voltou a se constituir em regramento norteador para a incorporação de "quintos" lastreados em cargos exercidos na órbita federal. Todavia, depreende-se que se prestigiou o critério da remuneração dos cargos, aplicando-se subsidiariamente a compatibilidade de atribuições e similitude de níveis de responsabilidade.

14. Desse modo, o determinado nas alíneas "b" e "c" da diligência tornam-se insubsistentes, haja vista que permanece a aplicação da metodologia de correlação de cargos como uma exigência da autonomia político-administrativa que foi conferida ao Distrito Federal pela Constituição Federal, nos termos da sobredita Decisão nº



2000/2003. Impõe-se reconsiderar a correlação de cargos preteritamente efetivada, adotando para esse fim a data dos efeitos da revisão, 21/03/1997.

15. Uma vez efetivada a correlação no DF correspondente, a partir da data-base, 21/03/1997, o valor dos "quintos/décimos" somente poderá sofrer as alterações futuras segundo os reajustes gerais de remuneração concedidos no âmbito distrital.

16. Observa-se porém que na apuração dos quintos incorporados, foi feita a correlação de cargos exercidos na órbita federal com os da esfera distrital, levando-se em consideração à época apenas as atribuições do cargo federal em relação ao cargo distrital, à luz do entendimento então vigente nesta Corte. Como visto, em decorrência de nova apreciação da matéria que deu origem à Decisão nº 2000/2003, fixou-se a remuneração como principal critério e subsidiariamente as atribuições do cargo e similitude de níveis de responsabilidade.

17. Dessa forma, há que verificar se o valor do cargo distrital considerado na correlação com o cargo federal corresponde à remuneração deste último em 21/03/1997, em consonância com o decidido no multicitado Processo nº 1437/81, de interesse de Ana Passos Bacelar.

18. Pelo exposto, sugere-se determinar o retorno dos autos à Secretaria de Estado de Educação, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:

I - tornar sem efeito os atos de fl. 216, e editar novo ato apenas para tornar sem efeito a Instrução de 27.01.1993, publicada no DODF de 01.02.1993, tendo em vista que a retificação procedida pela Portaria Coletiva de 20.09.2002 está adequada não devendo ser anulada e que a Portaria Coletiva de 14.05.2001 não requer retificação vez que apresenta-se correto o posicionamento do servidor no Padrão 24F no momento da revisão;

II - efetuar a correlação do cargo em comissão exercido pelo inativo na área federal, que serviu de base para a incorporação dos "quintos" aos seus proventos, com o cargo do GDF, ao qual ficará enquadrado a partir de 21/03/1997, considerando o valor integral da remuneração do respectivo cargo da União, na data correspondente, 21/03/1997, perfazendo a respectiva correspondência com o cargo comissionado distrital então vigente, elegendo o DF cujo valor integral (representação mensal + vencimento) mais se aproximar. Caso inexista cargo/função de idêntico valor no Distrito Federal, deve-se proceder a correlação com base no cargo de valor imediatamente superior. Subsidiariamente poderão ser aplicados os seguintes critérios: compatibilidade de atribuições e similitude de níveis de responsabilidade, de acordo com a Decisão nº 2000/2003 (Processo nº 1437/81);

III - elaborar abono provisório pertinente à revisão de proventos, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de adequar o valor do adicional de "quintos" aos valores apurados no item precedente;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI
Folha nº 224
Processo nº 363/93
Rubrica

IV- alertar a jurisdicionada que o servidor poderá requerer que seus proventos atuais sejam pagos no Padrão 25F, haja vista que a partir de 20/11/2000 foi-lhe reconhecido esse direito em face do resgate de padrão - Resolução nº 6571/99-CD após a revisão de proventos, o que se constitui em melhoria posterior.

À consideração superior.

Brasília, 07 de julho de 2003.

Francisco Joscely T. Albuquerque
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 521-5